



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 06.378/17

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato da Presidente do **Instituto de Previdência dos Servidores de Cuité**, concedendo Pensão por morte da servidora Beatriz Macedo Gonçalves, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº E02008, lotada na Secretaria de Educação tendo como beneficiário o Sr. José Gonçalves Sobrinho. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão ao Sr. José Gonçalves Sobrinho.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC 06.378/17

Objeto: Pensão

Beneficiário: José Gonçalves Sobrinho

Servidor (a) : Beatriz Macedo Gonçalves

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores de Cuité**

Gestor Responsável: Vicente Ferreira de Medeiros Filho

Procurador/Patrono: Não há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC 2.403/2018

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 06.378/17**, referente à concessão de Pensão por morte da servidora Beatriz Macedo Gonçalves, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº E02008, lotada na Secretaria de Educação tendo como beneficiário o Sr. José Gonçalves Sobrinho, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento o Representante do Ministério Público.

**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 08 de novembro de 2018.

Assinado 9 de Novembro de 2018 às 12:35



**Cons. Marcos Antonio da Costa**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 9 de Novembro de 2018 às 09:31



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 9 de Novembro de 2018 às 09:58



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO